

GRUPO NAVA

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis combinadas
Em 31 de dezembro de 2023

GRUPO NAVA

Demonstrações contábeis combinadas
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis combinadas

Balancos patrimoniais combinados

Demonstrações do resultado combinadas

Demonstrações do resultado abrangente combinadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido combinadas

Demonstrações dos fluxos de caixa combinadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMBINADAS

Aos
Quotistas e Administradores do
Grupo Nava
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis combinadas

Examinamos as demonstrações contábeis combinadas do Grupo Nava ("Grupo"), formada pelas empresas relacionadas na Nota Explicativa nº 1, que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, combinada, do Grupo Nava em 31 de dezembro de 2023, o desempenho combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa combinados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis combinadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis combinadas". Somos independentes em relação ao Grupo de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Combinação das demonstrações contábeis

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 2 e 2.1 às demonstrações contábeis combinadas, que descrevem que as entidades incluídas nessas demonstrações contábeis combinadas não são operadas como uma única entidade legal. Essas demonstrações contábeis combinadas, não são, portanto, necessariamente indicativas dos resultados que seriam obtidos se essas tivessem operado como uma única entidade legal durante o exercício ou indicativas de resultados futuros. As demonstrações contábeis combinadas estão sendo apresentadas para fornecimento de análises adicionais a terceiros e não representam as demonstrações contábeis individuais ou consolidadas de uma Pessoa Jurídica e suas controladas. Nossa opinião não possui qualquer modificação em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis combinadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis combinadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Grupo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis combinadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Grupo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de junho de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Carlos Aragaki'.

Carlos Aragaki
Contador CRC 1 SP 132091/O-1

GRUPO NAVA

Balancos patrimoniais combinados Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022		Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.692	22.055	Empréstimos, financiamentos e encargos	11	41.665	25.015
Títulos e valores mobiliários	5	22.457	-	Arrendamento Mercantil de direito de uso	12	2.158	1.759
Contas a receber	6	72.675	46.389	Fornecedores	13	20.231	17.389
Tributos e contribuições a recuperar	7	7.776	6.333	Tributos e contribuições sociais	14	15.349	7.692
Ativo fiscal diferido	23 a)	2.781	2.781	Obrigações trabalhista	15	23.775	15.289
Despesas pagas antecipadamente		2.697	359	Receita diferida	18	12.719	5.181
Outros créditos	8	1.348	2.820	Outras contas a pagar		2.942	100
		134.426	80.737			118.839	72.425
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber	6	12.274	-	Empréstimos, financiamentos e encargos	11	52.436	24.634
Partes relacionadas	17	48.470	34.108	Arrendamento Mercantil de direito de uso	12	5.665	9.078
Ativo fiscal diferido	23 a)	4.285	4.285	Tributos e contribuições sociais	14	14.821	3.659
Imobilizado	9.1	16.689	11.454	Provisão para demandas judiciais	16	365	700
Direito de uso	9.3	7.558	7.357	Outras contas a pagar		6.233	4.502
Intangível	10	20.790	21.457			79.520	42.573
		110.066	78.661				
Patrimônio líquido				Patrimônio líquido			
				Capital Social	19 a)	21.810	21.810
				Reserva de lucros		24.323	22.590
						46.133	44.400
Total do ativo		244.492	159.398	Total do passivo e patrimônio líquido		244.492	159.398

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis combinadas.

GRUPO NAVA

Demonstrações do resultado combinadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de produtos e serviços	20	323.369	277.241
(-) Custo dos produtos e serviços	21	(189.231)	(165.060)
(=) Lucro bruto		134.138	112.181
(+/-) Despesas/receitas operacionais			
Gerais e administrativas	21	(73.630)	(63.734)
Outras receitas/(despesas) operacionais	21	540	133
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		61.048	48.580
Despesas financeiras	22	(27.375)	(11.920)
Receitas financeiras	22	9.655	1.603
(=) Resultado financeiro líquido		(17.720)	(10.317)
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		43.328	38.263
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	23 b)	(9.845)	(4.723)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos	23 b)	(2.498)	-
(=) Lucro líquido do exercício		30.985	33.540

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis combinadas.

GRUPO NAVA

Demonstrações do resultado abrangente combinadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	30.985	33.540
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	30.985	33.540

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis combinadas.

GRUPO NAVA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido combinadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital Social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		21.810	8.995	-	30.805
Lucro líquido do exercício		-	-	33.540	33.540
Distribuição de lucros	19 b)	-	-	(19.945)	(19.945)
Constituição da reserva de lucros		-	13.595	(13.595)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		21.810	22.590	-	44.400
Lucro líquido do exercício		-	-	30.985	30.985
Distribuição de lucros	19 b)	-	-	(29.252)	(29.252)
Constituição da reserva de lucros		-	1.733	(1.733)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		21.810	24.323	-	46.133

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis combinadas.

GRUPO NAVA

Demonstrações dos fluxos de caixa combinadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
(=) Lucro líquido do exercício		30.985	33.540
Itens que não afetam o caixa operacional			
Provisão para demandas judiciais	16	(105)	330
Receita diferida		7.538	(14.410)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	23 b)	12.343	4.723
Juros e variação monetária		20.210	6.161
Depreciação e amortização	9.2, 9.3 e 10.1	13.564	9.120
		84.535	39.464
Variação em ativos e passivos operacionais			
Contas a receber		(38.560)	(4.173)
Impostos a recuperar		(1.443)	2.374
Despesas antecipadas		(2.338)	640
Demais ativos circulantes		1.472	(634)
Fornecedores		2.842	3.619
Tributos e contribuições sociais		6.489	(1.869)
Aumento em outras contas a pagar		12.829	2.600
Caixa líquido das atividades operacionais		65.826	42.021
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(1.358)	(3.442)
Juros pagos no período		(8.977)	(4.848)
		55.491	33.731
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Títulos e valores mobiliários		(22.457)	-
Aquisição de imobilizado e direito de uso	9.2 e 9.3	(14.288)	(4.592)
Baixa do imobilizado e intangível	9 e 10	765	-
Aquisição de intangível	10.1	(4.810)	(5.609)
Caixa líquido das atividades de investimentos		(40.790)	(10.201)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos		58.960	40.349
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(19.613)	(22.385)
Adição (Baixa) de arrendamento mercantil de direito de uso		(889)	-
Pagamentos de arrendamento mercantil de direito de uso		(4.225)	(2.830)
Partes relacionadas		(14.362)	(13.071)
Pagamento de parcelamentos de impostos		(2.683)	(747)
Pagamento de dividendos	19 b)	(29.252)	(19.945)
Caixa líquido das atividades de financiamentos		(12.064)	(18.629)
Aumento líquido de caixa		2.637	4.901
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		22.055	17.154
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		24.692	22.055
Aumento líquido de caixa		2.637	4.901

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis combinadas.

1. Contexto operacional

a) Informações gerais

O Grupo Nava é um grupo de sociedades limitadas, com Sede na Alameda Rio Negro, 585, na Cidade de Barueri.

As demonstrações contábeis combinadas incluem as seguintes empresas:

Nava Software Ltda.

Constituída em 09 de outubro de 2003, tem sua Sede social e centro administrativo na cidade de Barueri - SP. A Nava Software Ltda. ("Nava Software") tem como atividades preponderantes o desenvolvimento de programas de computador e licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computador próprios ou de terceiros. A sua estrutura societária é composta por sete sócios pessoas físicas.

Nava Serviços e Outsourcing Ltda.

Constituída em 21 de outubro de 2011, tem sua Sede social e centro administrativo na cidade de Barueri - SP. A Nava Serviços e Outsourcing Ltda. ("Nava Services") tem como atividades preponderantes a prestação de serviços de instalação e manutenção de rede de computadores e data center, comércio atacadista de equipamentos e suprimentos de informática e tecnologia, consultoria e suporte técnico em tecnologia da informação e serviços de outsourcing. A sua estrutura societária é composta por sete sócios pessoas físicas.

b) Operações

O Grupo tem como objetivo prover soluções de negócios para empresas de todos os portes, através de consultoria nas áreas de informática e redes de computadores e telecomunicações, serviços de instalação de cabeamento, infraestrutura de redes de computadores e telecomunicações, por empreita ou sub empreita, com ou sem fornecimento de materiais, elaboração de programas de computador, licenciamento ou cessão de direito de uso de programação de computador próprios ou de terceiros, suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computador e banco de dados, comercialização de softwares, próprios e ou de terceiros, comércio, importação e exportação de produtos e equipamentos de tecnologia de comunicação, transmissão de dados e informática, análise e desenvolvimento de sistemas e serviços de comunicação de mídia.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis combinadas, que são de responsabilidade da Administração, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades das empresas do grupo Nava, independentemente da disposição de sua estrutura societária e dos aspectos de controle e governança corporativa. Dessa forma, tais demonstrações contábeis combinadas não representam as demonstrações contábeis individuais ou consolidadas de uma pessoa jurídica e suas controladas, bem como não podem ser tomadas por base para fins de cálculo de dividendos, avaliação de desempenho, impostos ou para quaisquer outros fins societários ou estatutários. Os negócios incluídos nessas demonstrações contábeis combinadas não são operados como uma única entidade legal. Essas demonstrações contábeis combinadas não são, portanto, necessariamente indicativo dos resultados obtidos se essas tivessem operado como uma única entidade legal durante o exercício ou indicativo de resultados futuros.

As demonstrações contábeis combinadas estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações contábeis combinadas foram aprovadas pela Diretoria em 13 de junho de 2024.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis combinadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações contábeis combinadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

A preparação das demonstrações contábeis combinadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração do Grupo exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, o Grupo adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Provisão para Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD);
- Provisão para demandas judiciais ou afins;
- Estimativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos.

No entendimento da Administração do Grupo, os assuntos anteriores não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

2.1. Base de combinação

As demonstrações contábeis combinadas, elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 44 - Demonstrações Combinadas, incluem as demonstrações contábeis individuais das entidades do Grupo Nava, abaixo relacionadas:

- Nava Software Ltda.;
- Nava Serviços e Outsourcing Ltda.

As demonstrações contábeis das empresas acima foram combinadas integralmente.

Foram eliminados os saldos e as transações das contas de ativos e passivos entre as empresas;

3. Principais políticas contábeis

A seguir, apresentaremos um resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo, deixando em evidência somente as informações consideradas relevantes pela Administração.

a. Moeda estrangeira e funcional

As demonstrações contábeis combinadas são expressas em reais, que é a moeda funcional do grupo. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Inclui caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Ativos financeiros

Classificação

As empresas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio das empresas combinadas para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os itens mensurados ao custo amortizado, atendem as condições específicas pelo CPC 48 / IFRS 9, de que o ativo financeiro é mantido dentro do modelo de negócio, cujo objetivo é manter esses ativos financeiros a fim de receber fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros contabilizados e mensurados pelo custo amortizado, usam o método de taxa efetiva de juros. Compreendem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, na data de negociação na qual as empresas combinadas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. As empresas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado representam: fornecedores, empréstimos e outras contas a pagar.

c. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal do Grupo), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela perda estimada com crédito de liquidação duvidosa se necessária.

d. Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa do contas a receber são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração do Grupo como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

As despesas com a constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado combinado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na Rubrica "Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)" são revertidos contra a perda constituída.

e. Outros ativos (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

f. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Grupo, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos as depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Descrição	Anos
Veículos	5
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Instalações	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

g. Ativos intangíveis

Softwares

As licenças de programas de computador (softwares) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas e amortizadas pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais, conforme as taxas descritas na Nota Explicativa nº 10 e os gastos associados à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

h. Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir:

- Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

- Há a intenção e capacidade do Grupo de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;
- Pode ser demonstrada a forma na qual o ativo intangível vai gerar benefícios econômicos futuros;
- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível estão disponíveis; e
- O Grupo possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Os gastos capitalizados, quando os critérios acima descritos forem atendidos, incluem o custo de mão de obra que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos para venda ou intenção de concluir o ativo para usá-lo.

i. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

j. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

k. Ativo de direito de uso e arrendamentos

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. O passivo de arrendamento do Grupo está apresentado na rubrica de "Arrendamento mercantil de direito de uso".

I. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais do Grupo.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota Explicativa nº 16.

m. Dividendos

O contrato social do Grupo prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício.

Participação nos lucros e bônus

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pelo Grupo.

n. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

(a) Revenda de produtos e prestação de serviços

As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que o Grupo efetua a entrega dos produtos para o cliente, o qual não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos, momento em que os riscos significativos e benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador. Para prestações de Serviços o Grupo realiza o registro no período em que o serviço foi prestado.

(b) Receita diferida

O reconhecimento desta receita ocorre segundo as cláusulas e a vigência do contrato. Na medida em que ocorre a entrega dos bens aos clientes ou a prestação do serviço contratualmente estabelecido, bem como os custos atrelados a esta operação são incorridos, ocorre o reconhecimento da receita.

(c) Tributação - impostos sobre vendas

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,0% e 7,6%;
- Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%;
- Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB) de 4,5%;
- Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) de 4% a 18%.

Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

o. Custos e despesas

Os custos de softwares são compostos, principalmente, por salários do pessoal de consultoria. As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento de software relacionadas aos novos produtos ou a inovações tecnológicas dos softwares existentes, que não atingirem os critérios de capitalização, são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente dos custos de vendas, em despesas operacionais. Além disso, o Grupo capitaliza gastos com desenvolvimento, desde que atendidos os critérios do CPC 04 (R1) - Ativo intangível.

p. Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que o Grupo atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do Reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

Q. Normas, alterações e interpretações

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alteração na Norma IFRS 17/CPC 50 - contratos de seguros

A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros.

Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Empresa. O Grupo efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis.

b) Alteração na Norma IAS 1/CPC 26 - apresentação das demonstrações contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “políticas contábeis materiais”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis do Grupo, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

c) Alteração na Norma IAS 12/ CPC 32 - tributos sobre o lucro;

Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação.

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis do Grupo.

d) Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 - políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros

As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores.

Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis do Grupo, a saber:

- a) Alterações na Norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- b) Alterações na Norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- c) Alterações na Norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

Atualmente, o Grupo está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. O Grupo avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB. O Grupo não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Saldos bancários	8.903	9.042
Aplicações financeiras	15.789	13.013
	<u>24.692</u>	<u>22.055</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Os saldos bancários disponíveis em conta corrente são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"). A remuneração média é de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e que tiveram uma remuneração mensal e efetiva de no mínimo 100% do CDI em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira. Todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito.

5. Títulos e valores mobiliários

Representa valores aplicados em cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivale, na média, a 148% do CDI. Os títulos não possuem liquidez imediata e não possuem, no curto prazo, possibilidade de resgate sem perda de valor.

O saldo será utilizado pelo Grupo em projetos futuros de crescimento e expansão dos seus negócios.

6. Contas a receber

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas a receber de clientes	59.323	35.918
Medições a Faturar (*)	25.626	10.471
	<u>84.949</u>	<u>46.389</u>

A seguir a apresentação dos valores a receber por vencimento:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A faturar	25.626	10.471
Vencido de 0 a 30 dias	-	880
A vencer		
0 - 30 dias	17.218	21.117
31 - 60 dias	8.093	6.974
61 - 90 dias	8.260	5.681
91 - 120 dias	3.909	1.255
121 - 360 dias	9.569	11
Acima de 360 dias	12.274	-
	<u>84.949</u>	<u>46.389</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Com base em histórico de comportamento de pagamento e em análises extensivas dos riscos de crédito dos respectivos clientes, incluindo as avaliações de crédito, a Administração do Grupo não constituiu provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa.

O valor a receber acima de 360 dias se refere aos recebíveis do cliente Oi S.A. ("Oi"), que atualmente se encontra em recuperação judicial. O cliente Oi entrou com o pedido de recuperação judicial em fevereiro de 2023, tendo o seu plano aprovado em Assembleia Geral de Credores no dia 19 de abril de 2024 e posteriormente homologado pela 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro em 28 de maio de 2024.

Segundo o Plano de Recuperação Judicial homologado, os valores devidos serão pagos com um deságio de 10% e em 6 (seis) parcelas trimestrais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira parcela até 12 (doze) meses após a captação de um Novo Financiamento, limitado até o dia 15 de setembro de 2025.

Vale ressaltar que entre o pedido de recuperação judicial da Oi e a homologação pela justiça, o Grupo entrou com uma impugnação sobre o saldo inicialmente informando como objetivo da recuperação judicial. Inicialmente o valor informado pela Oi foi de R\$12.274, porém, após a avaliação do mérito pelo Administrador Judicial, foi deferido em 11 de abril de 2024 que o valor correto é de R\$9.976, logo a diferença R\$2.298 será paga ao Grupo no curso normal dos negócios.

(*) Refere-se ao montante a receber não faturado de serviços prestados a clientes, cuja contrapartida foi apropriada ao resultado na rubrica de receita líquida. Para esses contratos, o Grupo aguarda a formalização da aprovação do cliente para a emissão da fatura. Esses valores foram faturados e recebidos integralmente no exercício subsequente e as diferenças entre o valor estimado e recebido ou acordado não são relevantes.

7. Tributos e contribuições a recuperar

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.861	2.902
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	2.752	2.019
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	62	-
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.347	902
Imposto Sobre Serviços - ISS	241	104
Outros tributos a recuperar	513	406
	<u><u>7.776</u></u>	<u><u>6.333</u></u>

GRUPO NAVA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Os saldos de IRRF, CSLL, PIS e COFINS são valores relacionados basicamente à retenção na fonte sobre os títulos recebidos pelo Grupo. A origem deste crédito é inferior a 1 (um) ano e são realizáveis no curso natural dos negócios.

8. Outros créditos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Adiantamento a fornecedores	1.115	2.544
Adiantamentos trabalhistas	211	261
Outros créditos	<u>22</u>	<u>15</u>
Total	<u><u>1.348</u></u>	<u><u>2.820</u></u>

GRUPO NAVA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

9. Imobilizado e direito de uso

9.1. Ativo imobilizado

Combinado	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
			31/12/2023	31/12/2022
Móveis e utensílios	2.195	(1.531)	664	946
Equipamentos de informática	30.039	(16.061)	13.978	8.359
Instalações	1.222	(652)	570	692
Veículos	1.045	(265)	780	777
Benfeitorias em imóveis de terceiros	885	(188)	697	680
Total	35.386	(18.697)	16.689	11.454

O grupo anualmente revisa as taxas de depreciação dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano quando comparado a taxa fiscal. As taxas de depreciação dos ativos que compõe cada grupo são as seguintes:

	2023	2022
Móveis e utensílios	10%	10%
Equipamentos de informática	20%	20%
Instalações	10%	10%
Veículos	20%	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	20%

GRUPO NAVA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

9.2. Movimentação do ativo imobilizado

	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	31/12/2022
Móveis e utensílios	1.292	14	-	(50)	(310)	946
Máquinas e equipamentos	3.008	4.218	-	3.217	(2.084)	8.359
Instalações	775	39	-	4	(126)	692
Veículos	743	146	-	3	(115)	777
Benfeitorias em imóveis de terceiros	496	175	-	30	(21)	680
Imobilizações em Andamento	3.204	-	-	(3.204)	-	-
Total	9.518	4.592	-	-	(2.656)	11.454

	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	31/12/2023
Móveis e utensílios	946	10	(74)	-	(218)	664
Máquinas e equipamentos	8.359	10.628	(8)	-	(5.001)	13.978
Instalações	692	-	-	-	(122)	570
Veículos	777	106	(59)	-	(44)	780
Benfeitorias em imóveis de terceiros	680	377	(321)	-	(39)	697
Imobilizações em Andamento	-	-	-	-	-	-
Total	11.454	11.121	(462)	-	(5.424)	16.689

9.3. Direito de uso

O Grupo possui contratos relacionados a aluguel de imóveis e veículos que se enquadram segundo o pronunciamento contábil CPC 06 (R2) - Arrendamento. Sendo assim, segue movimentação dos contratos:

	31/12/2021	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2022
Contratos de arrendamento	8.684	221	-	(1.548)	7.357
Total	8.684	221	-	(1.548)	7.357

	31/12/2022	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2023
Contratos de arrendamento	7.357	3.167	(303)	(2.663)	7.558
Total	7.357	3.167	(303)	(2.663)	7.558

GRUPO NAVA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

10. Intangível

	31/12/2023	31/12/2022
Desenvolvimento de software	20.736	21.403
Outros intangíveis	54	54
	<u>20.790</u>	<u>21.457</u>

Atividade do Grupo pressupõe o contínuo desenvolvimento, e neste contexto, estão em desenvolvimento projetos voltados para os seguintes produtos:

- ALMA | DigitalOps AIOps;
- ALMA | DigitalOps APM;
- ALMA | DigitalOps BAM;
- ALMA | DigitalOps DEM;
- ALMA | DigitalOps IM.

A amortização, quando aplicável, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A média ponderada das taxas de amortização dos ativos que compõe cada grupo são as seguintes:

	2023	2022
Desenvolvimento de software	10%	10%
Outros intangíveis	5%	5%

10.1. Movimentação do intangível

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Custo				
Desenvolvimento de software	24.724	4.508	-	29.232
Outros intangíveis	2.124	1.101	-	3.225
Total	<u>26.848</u>	<u>5.609</u>	<u>-</u>	<u>32.457</u>
Amortização				
(-) Amort. Software	(6.084)	(4.916)	-	(11.000)
Total	<u>(6.084)</u>	<u>(4.916)</u>	<u>-</u>	<u>(11.000)</u>
	<u>20.764</u>	<u>693</u>	<u>-</u>	<u>21.457</u>
	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Custo				
Desenvolvimento de software	29.232	4.810	-	34.042
Outros intangíveis	3.225	-	-	3.225
Total	<u>32.457</u>	<u>4.810</u>	<u>-</u>	<u>37.267</u>
Amortização				
(-) Amort. Software	(11.000)	(5.477)	-	(16.477)
Total	<u>(11.000)</u>	<u>(5.477)</u>	<u>-</u>	<u>(16.477)</u>
	<u>21.457</u>	<u>(667)</u>	<u>-</u>	<u>20.790</u>

GRUPO NAVA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

11. Empréstimos, financiamentos e encargos

Modalidade	31/12/2023	31/12/2022
Em moeda nacional		
Capital de giro		
Santander	7.157	11.685
Banco do Brasil	12.966	16.029
Pine	301	1.500
Sicoob	-	165
Daycoval	74	892
Caixa Econômica Federal	11.632	8.917
ABC	8.995	4.332
Safra	667	2.522
Nota Comercial	23.337	-
Itaú	10.048	-
Inter	7.393	-
Leasing		
Daycoval	1.933	1.795
Santander	562	894
Bradesco	-	32
HP	9.036	886
	<u>94.101</u>	<u>49.649</u>
Circulante	41.665	25.015
Não circulante	52.436	24.634
O vencimento do passivo não circulante compõem-se		
2023	-	25.015
2024	41.665	16.387
2025	28.395	7.707
2026	13.341	540
2027	10.700	-
	<u>94.101</u>	<u>49.649</u>

Covenants

Para a operação de empréstimo e financiamento do Banco Santander, o Grupo possui uma cláusula de covenants cujo a relação de endividamento líquido e EBITDA não pode ultrapassar 2 (duas) vezes. Para a operação relacionada a nota comercial, a relação de endividamento líquido e EBITDA não pode ultrapassar 2,5 (duas e meia) vezes.

O Grupo está adimplente com as referidas cláusulas.

Garantias

Cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes de vendas e aval dos sócios, além do próprio ativo no caso de leasing.

Juros e comissões anuais

A taxa de juros média praticada pelo Grupo Nava em suas operações de empréstimos e financiamentos é de aproximadamente 1,50% a.m.

GRUPO NAVA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

12. Arrendamento mercantil de direito de uso

O Grupo possui alguns contratos relacionados a aluguel de imóveis e locação de veículos que se enquadram segundo o pronunciamento contábil CPC 06 (R2) - Arrendamento. Sendo assim, segue movimentação dos contratos:

	31/12/2021	Adições	Juros	Pagamentos	Baixas	31/12/2022
Contratos de arrendamento	12.163	-	1.504	- 2.830	-	10.837
Total	12.163	-	1.504	- 2.830	-	10.837
Circulante	1.322					1.759
Não circulante	10.841					9.078

	31/12/2022	Adições	Juros	Pagamentos	Baixas	31/12/2023
Contratos de arrendamento	10.837	3.167	1.577	- 3.918	- 3.840	7.823
Total	10.837	3.167	1.577	- 3.918	- 3.840	7.823
Circulante	1.759					2.158
Não circulante	9.078					5.665

A taxa média praticada para os arrendamentos de direito de uso é de 1,31% ao mês.

13. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais - Serviços	18.066	13.979
Fornecedores nacionais - Produtos	2.165	3.410
	20.231	17.389

GRUPO NAVA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

14. Tributos e contribuições sociais

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	7.629	1.761
IRRF a recolher	56	125
ISS a recolher	1.233	875
PIS e COFINS a recolher	2.260	1.998
CPRB a recolher	3.705	1.730
Parcelamentos fiscais	15.137	4.395
Outros impostos a recolher	150	467
	<u>30.170</u>	<u>11.351</u>
Circulante	15.349	7.692
Não circulante	14.821	3.659

A seguir a movimentação dos parcelamentos fiscais:

	31/12/2021	Adições	Multa e Juros	Pagamentos	31/12/2022
Parcelamento Simplificado I	-	852	273	(160)	965
Parcelamento Simplificado II	-	-	-	-	-
Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)	3.459	-	303	(449)	3.313
Demais parcelamentos	256	-	16	(155)	117
	<u>3.715</u>	<u>852</u>	<u>592</u>	<u>(764)</u>	<u>4.395</u>
	31/12/2022	Adições	Multa e Juros	Pagamentos	31/12/2023
Parcelamento Simplificado I	965	-	118	(262)	821
Parcelamento Simplificado II	-	9.397	3.532	(1.701)	11.228
Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)	3.313	-	352	(577)	3.088
Demais parcelamentos	117	-	26	(143)	-
	<u>4.395</u>	<u>9.397</u>	<u>4.028</u>	<u>(2.683)</u>	<u>15.137</u>

Parcelamento Simplificado II: Refere-se ao parcelamento de tributos federais, devidos à título de IRPJ, CSLL, INSS, PIS, COFINS e CPRB. O parcelamento foi homologado em maio de 2023 em 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas. Em 31 de dezembro de 2023 remanesce um total de 39 (trinta e nove) parcelas a serem pagas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Programa Especial de Regularização Tributária (PERT): Em edição extra do Diário Oficial da União do dia 31 de maio de 2017, foi publicada a Medida Provisória nº 783/2017, posteriormente convertida na Lei nº 13.496/2017, que instituiu o Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT") para quitação de débitos de natureza tributária ou não tributária vencidos até 30 de abril de 2017, de pessoas físicas e jurídicas, inclusive objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial ou provenientes de lançamento de ofício efetuado até o dia 31 de maio de 2017. Os parcelamentos foram homologados em agosto de 2017 e novembro de 2017 em 150 (cento e cinquenta) parcelas mensais e consecutivas. Em 31 de dezembro de 2023 remanesce um total de 73 (setenta e três) parcelas a serem pagas.

15. Obrigações trabalhistas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Salários e encargos sociais	13.986	7.280
Provisão para férias e encargos sociais	9.789	8.009
	<u>23.775</u>	<u>15.289</u>

16. Provisão para demandas judiciais

O Grupo é parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim representadas:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Trabalhistas	365	700
	<u>365</u>	<u>700</u>

GRUPO NAVA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	31/12/2022
Trabalhistas (a)	370	330	-	-	-	700
Total	370	330	-	-	-	700

	31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	31/12/2023
Trabalhistas (a)	700	80	(185)	(230)	-	365
Total	700	80	(185)	(230)	-	365

(a) Natureza das contingências

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2023, além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados nos montantes acima R\$ 8.724 (R\$ 9.371 em 31 de dezembro de 2022) decorrentes de causas tributárias e trabalhistas, cuja avaliação dos assessores legais do Grupo aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis combinadas.

GRUPO NAVA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

17. Partes relacionadas

17.1. Saldo entre partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas são a seguir apresentados:

	31/12/2023	31/12/2022
Sócios - Grupo Nava	48.470	34.108
	<u>48.470</u>	<u>34.108</u>

17.2. Remuneração da administração

A despesa com remuneração dos administradores do Grupo, para o exercício fiscal de 2023, totalizou R\$ 317 (R\$ 145 em 31 de dezembro de 2022), sendo o valor basicamente composto por pró-labore.

18. Receita diferida

A receita diferida é gerada quando o Grupo Nava recebe o pagamento por bens e / ou serviços de forma antecipada de seus clientes, criando desta forma uma obrigação a ser cumprida pelo Grupo. Considerando as cláusulas e a vigência estabelecida em contrato, o Grupo Nava reconhece no resultado a referida receita ao longo do período até que a obrigação deixe de existir.

19. Patrimônio líquido

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital do Grupo era de R\$ 21.810 e dividendo segundo o quadro a seguir:

Sócio	Participação (%)
Lincoln Borges Reis	28,13
Ricardo Machado Barboza	28,13
Alessandro Ericsson Silva	18,75
José Edson Barbosa da Silva	9,38
Edson José Izidro	9,38
Gustavo Santos Delfino	5,98
Adriana Coutinho Viali	0,25
Total	<u>100,00</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

(b) Dividendos

A distribuição do lucro do exercício de 2023 e 2022 está disposta da seguinte forma:

	2023	2022
(=) Lucro líquido do exercício	<u>30.985</u>	<u>33.540</u>
(=) Dividendo mínimo obrigatório conforme Contrato Social (25%)	7.746	8.385
Dividendos propostos	(29.252)	(19.945)
Total de dividendos	<u>(29.252)</u>	<u>(19.945)</u>
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	21.506	11.560

20. Receita líquida de produtos e serviços

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços e produtos vendidos é como segue:

	2023	2022
Receita bruta		
Venda de produtos - Mercado interno	7.571	23.093
Venda de serviços - Mercado interno	263.277	211.857
Venda de serviços - Mercado externo	2.523	2.384
Venda de licenças - Mercado interno	83.134	69.466
	<u>356.505</u>	<u>306.800</u>
Deduções		
Devoluções e descontos	(38)	(1.316)
Impostos sobre vendas	(33.098)	(28.243)
	<u>(33.136)</u>	<u>(29.559)</u>
Receita líquida	<u>323.369</u>	<u>277.241</u>

GRUPO NAVA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

21. Despesas por natureza

	2023	2022
Classificação por natureza		
Mão de obra	(178.832)	(149.622)
Prestadores de Serviços	(31.605)	(27.408)
Licença de software	(16.412)	(14.524)
Depreciação e amortização	(13.564)	(9.120)
Aluguel de imóveis e equipamentos	(2.052)	(402)
Link de dados	(9.294)	(5.160)
Reembolsos	(182)	(241)
Aluguel de veículos	16	(1.397)
Custo de produtos e materiais	(5.443)	(14.018)
Publicidade e propaganda	(873)	(669)
Provisão para demandas judiciais	105	(330)
Material de consumo	(860)	(666)
Despesas de consumo	(2.609)	(3.062)
Manutenção	(244)	(276)
Seguros	(111)	(180)
Impostos e taxas	(19)	(1.080)
Telefonia	(345)	(437)
Outros	3	(69)
	<u>(262.321)</u>	<u>(228.661)</u>
Classificação por função		
Custo dos produtos e serviços	(189.231)	(165.060)
Gerais e administrativas	(73.630)	(63.734)
Outras receitas (despesas) operacionais	540	133
	<u>(262.321)</u>	<u>(228.661)</u>

22. Resultado financeiro

	2023	2022
Despesas financeiras		
Juros de Empréstimos e Financiamentos	(15.981)	(4.829)
Atualização Monetária e Multas	(5.018)	(1.263)
Arrendamento mercantil direito de uso	(2.100)	(1.504)
Seguros bancários	(398)	(218)
Tarifas bancárias	(1.117)	(366)
Descontos (despesa financ)	(302)	(1.188)
Outras despesas financeiras	(2.459)	(2.552)
	<u>(27.375)</u>	<u>(11.920)</u>
Receitas financeiras		
Descontos	1.621	921
Arrendamento mercantil direito de uso	3.785	-
Outras receitas financeiras	4.249	682
	<u>9.655</u>	<u>1.603</u>
	<u>(17.720)</u>	<u>(10.317)</u>

23. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são provenientes de diferenças temporárias e do saldo existente de prejuízos fiscais e base negativa, em especial da Nava Services. Esses créditos são mantidos no ativo circulante e não circulante, segundo expectativa de realização. Os valores são demonstrados a seguir:

	2023	2022
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos	<u>7.066</u>	<u>7.066</u>
	<u>7.066</u>	<u>7.066</u>
Circulante	2.781	2.781
Não circulante	4.285	4.285

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados em até cinco exercícios.

b) Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	2023	2022
Receita bruta de vendas	<u>(356.505)</u>	<u>(306.800)</u>
Percentual médio de presunção	10,18%	4,53%
Base de cálculo - lucro presumido	<u>(36.292)</u>	<u>(13.895)</u>
Alíquota de Imposto de Renda e Contribuição Social	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente e diferido	<u>(12.343)</u>	<u>(4.723)</u>
Taxa efetiva	<u>3,46%</u>	<u>1,54%</u>

24. Seguros

O Grupo mantém seguros para o desenvolvimento de suas atividades, com valores considerados suficientes pela Administração para cobertura de potenciais riscos operacionais. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

25. Instrumentos financeiros

(a) Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelo Comitê de Tesouraria e aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo Comitê de Tesouraria do Grupo e posteriormente submetida à apreciação dos Comitês do Conselho de Administração.

A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria Central do Grupo, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pelas controladas da Companhia.

(b) Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela alta administração do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelos sócios. A Alta Administração do Grupo identifica, avalia e protege contra eventuais riscos financeiros.

(i) Risco de mercado

O Grupo está exposto a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações nas mudanças nas taxas de juros.

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo.

Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Considerando que parte substancial dos empréstimos do Grupo está atrelada a taxas prefixadas, a administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

(iii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes (Nota Explicativa nº 6).

(iv) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração do Grupo.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelo Grupo, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

A tabela, a seguir, analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Combinado	31 de dezembro de 2023				Valor justo
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	
Empréstimos e financiamentos	41.665	41.736	10.700	-	94.101
Fornecedores	20.231	-	-	-	20.231
	<u>61.896</u>	<u>41.736</u>	<u>10.700</u>	<u>-</u>	<u>114.332</u>

(c) Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, podem ser assim sumarizados:

	Grupo Nava	
	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	94.101	49.649
Caixa e equivalentes de caixa	(24.692)	(22.055)
Dívida líquida	<u>69.409</u>	<u>27.594</u>
Patrimônio líquido	46.133	44.400
Índice de alavancagem financeira	<u>150,45%</u>	<u>62,15%</u>

GRUPO NAVA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

(d) Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	24.692	24.692	22.055	22.055
Títulos e valores mobiliários	22.457	22.457	-	-
Contas a receber	84.949	84.949	46.389	46.389
Partes relacionadas	48.470	48.470	34.108	34.108
Demais ativos	1.348	1.348	2.820	2.820
Passivos				
Fornecedores	(20.231)	(20.231)	(17.389)	(17.389)
Empréstimos e financiamentos	(94.101)	(94.101)	(49.649)	(49.649)
Arrendamento mercantil de direito de uso	(7.823)	(7.823)	(10.837)	(10.837)
Receita diferida	(12.719)	(12.719)	(5.181)	(5.181)
Demais obrigações	(2.942)	(2.942)	(100)	(100)
	<u>44.100</u>	<u>44.100</u>	<u>22.216</u>	<u>22.216</u>

(e) Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	24.692	-	24.692	22.055	-	22.055
Títulos e valores mobiliários	22.457	-	22.457	-	-	-
Contas a receber	84.949	-	84.949	46.389	-	46.389
Partes relacionadas	48.470	-	48.470	34.108	-	34.108
Demais ativos	1.348	-	1.348	2.820	-	2.820
Passivos						
Fornecedores	(20.231)	-	(20.231)	(17.389)	-	(17.389)
Empréstimos e financiamentos	(94.101)	-	(94.101)	(49.649)	-	(49.649)
Arrendamento mercantil de direito de uso	(7.823)	-	(7.823)	(10.837)	-	(10.837)
Receita diferida	(12.719)	-	(12.719)	(5.181)	-	(5.181)
Demais obrigações	(2.942)	-	(2.942)	(100)	-	(100)
	<u>44.100</u>	<u>-</u>	<u>44.100</u>	<u>22.216</u>	<u>-</u>	<u>22.216</u>

GRUPO NAVA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

(f) Administração do risco de taxa de juros

O Grupo Nava apresenta a seguir o quadro de análise de sensibilidade às variações das taxas de juros, considerando as estimativas baseadas em projeções macroeconômicas divulgadas no Relatório Focus, emitido pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), em 31 de dezembro de 2023. Tais estimativas indicam as seguintes taxas como cenário provável:

31/12/2023						
Instrumentos	Valor contábil	Risco	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	24.692	Variação CDI	13,04%	27.912	28.717	29.522
Títulos e valores mobiliários	22.457	Variação CDI	13,04%	25.385	26.117	26.850
Empréstimos e Financiamentos	94.101	Variação CDI	13,04%	106.372	109.439	112.507
Impacto sobre as receitas/ (despesas financeiras) líquidas				(6.123)	(7.653)	(9.183)

GRUPO NAVA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis combinadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

26. Evento subsequente

26.1. Alteração do quadro societário

No dia 15 de fevereiro de 2024, houve a saída do Sr. Gustavo Santos Delfino do quadro de sócios do Grupo. Sua saída ocorreu através da aquisição das suas cotas pelo Sr. José Edson Barbosa da Silva, também sócio do Grupo. Abaixo o novo quadro societário e respectivas participações:

Sócio	Participação (%)
Lincoln Borges Reis	28,13
Ricardo Machado Barboza	28,13
Alessandro Ericsson Silva	18,75
José Edson Barbosa da Silva	15,36
Edson José Izidro	9,38
Adriana Coutinho Viali	0,25
Total	<u>100,00</u>